

CONTABILIDADE EM DEBATE

Fundo de Pensões já tem dois milhões de euros

O fundo de pensões destinado aos TOC tem actualmente cerca de dois milhões de euros. Criado em Outubro do ano passado pela CTOC, o fundo "tem tido muito boa aceitação por parte dos TOC", diz Domingues de Azevedo, e conta com "cerca de 700 membros pagantes". Em 2005, a CTOC contribuiu com 745 mil euros e este ano entrará com mais 1,2 milhões.

II ENTREVISTA Domingues de Azevedo, presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas

A normalização contabilística deve estar centrada numa única entidade

Só em 2005, os técnicos oficiais de contas (TOC) detectaram e comunicaram ao Fisco situações em que 84 mil empresas efectuavam retenções nas contas mas não faziam as entregas aos cofres do Estado. Domingues Azevedo sublinha o papel dos TOC no combate à fraude fiscal. E quer alargar as competências da câmara, no que toca à normalização contabilística.



Pedro Agerta

vido numa única entidade, através de colégios de especialidade, e não como nós temos hoje, seis entidades a fazerem a normalização contabilística.

E que entidade deveria ser essa?

Não tenho dúvidas nenhuma, deve ser a CTOC em concertação com os ROC. São quem lida com essas temáticas e devem ser elas as únicas que devem produzir normalização. Evidentemente que aceitamos que essa normalização só tenha carácter imperativo desde que previamente aprovada pelas Finanças. O Governo deve ter um mecanismo para intervir sempre que o interesse público possa ser posto em causa.

Já apresentaram essa proposta ao MIF?

Temos o processo pronto. Está em discussão com várias entidades, com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas no sentido de encontrarmos uma fórmula comum. Porque a normalização contabilística custará, a qualquer entidade que nela pegue, na ordem dos 500 mil euros ano. A comissão de normalização contabilística tem, se não estou em erro, um orçamento de 75 mil euros/ano, que não chegam para nada. Nós queremos dar um safanão nisso.

De que forma?

Porque a comissão de normalização tem de ir muito além da própria normalização. Tem de proceder a acções de estudo e investigação que depois conduzam a uma institucionalização da normalização.

E estão prontos a pagar?

A câmara aceita o desafio e suportará esses custos. Claro que vamos arranjar muito inimigos em todo o processo, porque há todo um conjunto de situações instaladas que não vão aceitar a ideia da forma pacífica. Tenho recebido os maiores apoios para avançar o mais rápido possível.

Como está a ser a reacção das Finanças a essa proposta?

Não gostaria de entrar por aí...

Normalização contabilística. A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas quer concentrar estas funções e garante que assegurará todos os custos.

FILOMENA LANÇA
filomenalanca@mediain.pt

A receita fiscal executiva em 2005 permitiu ao Governo fechar o ano com um défice de 6%. É possível manter este ritmo de cobrança?

É possível, embora a economia continue em estagnação, o que dificulta a cobrança de impostos. Porque diminuindo o consumo e os lucros das empresas os impostos baixam. Mas é importante salientar a política do Ministério das Finanças por via da DGCI, de desmaterialização das declarações, que tem trazido para o sistema pessoas que dele estavam arredadas. Com um papel muito importante dos TOC. A credibilização da profissão passa também por uma maior assunção de responsabilidades e não tenho dúvidas de que a intervenção dos TOC vale hoje para o sistema qualquer coisa muito próximo dos 750 milhões de euros.

Como chega a esses valores?

Só no IRS, ao nível do imposto retido na fonte, detectámos, por efeito da obrigatoriedade de envio de declarações de retenção pela Internet, 84 mil contribuintes que, mandando a declara-

ção, não estavam a efectuar pagamento. O somatório desse IRS, segundo informação que recolhemos, rondava os 100 milhões de euros... se só essa parte representa isto, multiplique pelo IVA, pelo IRC.

Sempre que detectam anomalias, comunicam-nas ao fisco...

... e a partir daí a Administração Fiscal passa a ter informação que desconhecia e a poder executar esses créditos. Hoje a informação está ao alcance de uma tecla, por isso, se a Administração quiser agir, tem todos os meios para o fazer. E o TOC é a alma de todo este processo da desmaterialização das declarações.

Isso já deriva das disposições introduzidas pelo OE 2006?

Criou-se a ideia de que se iam responsabilizar os TOC pelas dívidas fiscais dos seus clientes. Nunca acreditei nesse projecto, mas a mensagem propiciou que se criasse nos profissionais a tendência a serem mais zelosos. Por outro lado, o artigo 8º do Regime Geral das Infrações Tributárias gerou nos profissionais alguma apreensão pelo fac-

to de poderem vir a ser responsabilizados pela negligência que se verificasse nesse domínio. O que o legislador diz, e merece toda a nossa concordância, é que o profissional tem de ser diligente. Não é que se responsabilize pelas dívidas.

A CTOC alerta para o dever de comunicar à PGR o conhecimento de situações de branqueamento de capitais. Tem havido muitas denúncias?

O mecanismo legal não prevê que a CTOC actue como intermediária com o Ministério Público, os técnicos podem comunicar directamente, pelo que pode haver comunicações que a Câmara desconheça. Temos conhecimento apenas de uma comunicação.

E de outros crimes públicos?

Têm-nos aparecido situações que não passam pela cabeça de ninguém, como pessoas com isenção de IVA, pretensamente com negócios inferiores a dez mil euros, e no entanto facturaram, só de IVA, mais de dois milhões de euros. Outro exemplo, pessoas que cessaram a actividade há mais de dez anos e

continuam a emitir facturas em grande. Temos um caso que só em dois anos atingia mais de 700 mil euros. São evidentes fraudes fiscais.

Mantém a intenção de centralizar as questões da normalização contabilística?

Não temos em Portugal normalização contabilística, em bom rigor, e não sei se teremos condições de a ter. Temos aceite com passividade excessiva a normalização que nos vem dos organismos internacionais, sem questionar da adequação ou não à nossa realidade económica. Sendo a normalização a definição de procedimentos e entendimentos que os profissionais têm de observar na execução das contabilidades, não faz sentido que sejam pessoas que nada têm a ver com a profissão que determinam como eles devem proceder.

Refere-se ao Ministério das Finanças?

Refiro-me a um verdadeiro espantilhão. Uma manta de retalhos em que ninguém sabe quem manda em quê. A comissão de normalização contabilística

[Ministério das Finanças] produz normalização para as empresas. O Banco de Portugal, para as instituições financeiras. O Instituto de Seguros de Portugal, para as empresas seguradoras, a CMVM e a ERSE também produzem normalização e, finalmente, a comissão de normalização de contabilidade pública produz normalização para a contabilidade pública. Neste panorama, não temos normalização nenhuma em Portugal. Temos uma série de quintinhas em que algumas pessoas vão mantendo algum protagonismo, porque lhes permite interferir em áreas que têm uma importância muito grande. E vão definindo coisas que às vezes são autênticos monstros contabilísticos, que não fazem sentido nenhum. É tempo de repensarmos isto.

Em que sentido?

A normalização deve ser única. E estar entregue a uma única entidade, que deverá respeitar as especificidades de alguns domínios, por exemplo, as instituições financeiras ou a contabilidade pública. Mas a questão de fundo é que isto deve ser resol-

O estado da arte da Contabilidade debatido em seis debates em Santa Maria da Feira

Em dois dias e seis sessões, alguns dos melhores peritos latinos em Contabilidade estarão reunidos em Santa Maria da Feira para debater o estado da arte no sector. João Amaral Tomaz, secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, abre hoje o encontro. O primeiro debate será

sobre "Normalização Contabilística". Depois do almoço, a segunda sessão debaterá o "Ensino da Contabilidade". O dia terminará com uma sessão intitulada "A profissão, sua influência no desenvolvimento da contabilidade". No segundo dia, a manhã é preenchida com

dois temas: "Contabilidade Pública" e "Contabilidade de Custos". A última sessão do encontro latino é dedicada a reflexões sobre "A Contabilidade: passado, presente e futuro". O encerramento fica a cargo de João Tiago Silveira, secretário de Estado da Justiça.

II Comemorações dos dez anos da criação da Câmara

Congresso Internacional da CTOC reúne 1.100 técnicos oficiais de contas do mundo latino

A ABERTURA DA CTOC ao exterior. Este é um dos grandes objectivos do congresso que hoje e amanhã reúne em Santa Maria da Feira cerca de 1.100 pessoas, entre congressistas e convidados. Integrado nas comemorações dos 10 anos de reconhecimento público da profissão de técnico oficial de contas - e da criação da respectiva câmara - o Prolatino vai debater temas como contabilidade pública, normalização contabilística ou contabilidade de custos.

O objectivo é reunir profissionais de diversas origens, para uma partilha de experiências, explica Domingues de Azevedo. Assim, estão presen-



Pedro Aporta

tes académicos e profissionais provenientes de países como a Argentina, o Brasil, a Espanha ou a Itália. Um dos primeiros oradores será António Lopes de Sá, académico e contador brasileiro, crítico da normalização contabilística com mais de 170 obras publicadas. Estarão ainda presentes, entre outros, a presidente do Conselho Profissional de Ciências Económicas de Buenos Aires, Luisa Fronti, Giuseppe Galassi, da academia italiana de Economia Financeira e Jorge Tua Pereda, da Universidade de Madrid.

"O Prolatino é o primeiro congresso que faremos virados para o exterior. E vamos conti-

nuar, projectando a Câmara além das fronteiras actuais", sublinha Domingues de Azevedo. A 3 e 4 de Novembro, a iniciativa repete-se, desta vez com um congresso sobre fiscalidade e contabilidade dos países de língua oficial portuguesa. Este encontro, que acontecerá no Pavilhão Atlântico, em Lisboa, encerrará as comemorações dos dez anos da criação da CTOC. "Do Brasil serão cinco elementos, do Centro Federal de Contabilidade - quase com 500 mil membros contadores; de Angola e Moçambique, três pessoas e dos restantes países dois elementos", antecipa o presidente da CTOC.

Domingues de Azevedo "O Prolatino representa a abertura da CTOC ao exterior."

II Revisão dos estatutos da CTOC

TOC devem ser maioritários nas sociedades profissionais

"NÃO FAZ SENTIDO a existência de sociedades de contabilidade tal como hoje existem". A opinião é de Domingues de Azevedo, que está decidido a levar a cabo alterações nesta matéria. O objectivo é "instituir algumas regras para que a ética e a deontologia possam ser aplicadas independentemente de o profissional exercer a sua actividade em regime liberal ou integrado numa sociedade". Assim, a CTOC vai apresentar às Finanças uma proposta no sentido de as sociedades profissionais terem "obrigatoriamente os seus capitais sociais detidos em maioria por TOC e de a gerência destas empresas só poder ser preenchida" por técnicos.

Esta alteração deverá ser introduzida no âmbito da revisão dos estatutos da CTOC, que está em preparação e deverá ser apresentada em 2006 ao ministro das Finanças. Não se pretende com isto "instituir aqui uma nova Lei das Farmácias", sublinha Domingues de Azevedo, mas será uma mudança com implicações importantes no que respeita à aplicação pela câmara das normas e

princípios deontológicos. "Não sendo técnicos oficiais de contas os gestores das sociedades profissionais, temos um desequilíbrio no que respeita à aplicação das normas deontológicas, porque a CTOC não tem capacidade interventiva junto dessas pessoas". E há "imensas" situações em que isso acontece, admite. Por exemplo, "quando se verificam infracções relacionadas com publicidade indevida em que, não sendo a gerência dos



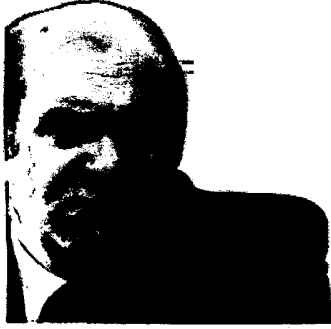
□ TOC deviam ter todos regime de profissionais independentes.

□ A passagem da CTOC a ordem profissional está ainda a ser ponderada."

TOC, não podemos fazer nada". Domingues de Azevedo diz mesmo que o ideal seria que todos os técnicos exercessem a profissão em regime de trabalhador independente, como qualquer profissional liberal. Porém, admite que "talvez ainda não haja condições para avançar", uma vez que "neste momento 50% dos TOC trabalha por conta de outrem, o que representa cerca de 17 mil pessoas para muitas das quais um contrato de trabalho pode ainda ser uma protecção importante".

No âmbito da revisão dos estatutos, o presidente da CTOC vai também avançar com uma reestruturação orgânica, no sentido de ultrapassar "conflitos de competências".

A ideia é "criar quatro grandes áreas: uma de carácter deliberativo, que pertencerá à assembleia geral. Uma de carácter fiscalizador, entregue ao conselho fiscal; um conselho disciplinar que continuará a ser eleito e, finalmente, a área da execução, que competirá à direcção. A passagem da câmara a ordem profissional está ainda a ser ponderada.



Entrevista a Domingos de Azevedo

**84 mil clientes
dos TOC não entregaram
retenções na fonte**

Págs. 16 e 17